

34º Encontro Anual da ANPOCS

Seminário Temático 23: Partidos e Sistemas Partidários

Gênero e Representação Política: a participação das mulheres na política goiana

Denise Paiva/UFG
Milton de S. Mendonça Sobrinho/UFG
Iram Nunes Lemes Segundo/UFG

Gênero e Representação Política: a participação das mulheres na política goiana¹

Denise Paiva
Milton de S. Mendonça Sobrinho
Iram Nunes Lemes Segundo

Introdução

Nos últimos anos observa-se uma ampliação dos estudos acerca da participação das mulheres na arena política e eleitoral. O presente artigo se insere nesse debate com vistas a analisar a participação das mulheres no poder legislativo (no plano estadual e federal) e executivo local, no estado Goiás, nas duas últimas décadas. Para termos uma noção mais acurada do perfil e itinerário político das parlamentares e prefeitas goianas apresentaremos alguns dados sócio-demográficos (idade, escolaridade) e filiação partidária e informações sobre os mecanismos de inserção na carreira política. A pergunta central que o *paper* se propõe a responder é qual tem sido o espaço ocupado pela representação feminina na política goiana?

Além disso, faremos uma comparação com o plano nacional para que possamos verificar se a tendência observada de ampliação da representação feminina também se verifica na política estadual. Outro ponto a ser analisado é se as goianas alcançam resultados eleitorais mais satisfatórios nas eleições locais – especificamente as prefeituras - em comparação com demais cargos, como ocorre em outros estados da federação. Em suma, buscamos verificar se a política local em Goiás é mais permeável a representação feminina, como alguns estudos têm demonstrado ao analisar as eleições municipais num contexto mais geral. (Blay, 1988; Costa, 2003; Araújo, 2006; Miguel e Queiroz, 2006)

O paper está organizado em três sessões, na primeira parte faremos uma breve discussão sobre gênero e representação política de modo a situar

¹ O capítulo apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado A Participação das Mulheres na Política em Goiás. O referido projeto conta com recursos da Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás (FAPEG), Chamada Pública N°02/2008 - Pesquisa em Gênero.

nossa pesquisa no debate mais geral sobre o tema. Em seguida serão analisados os dados relativos à representação parlamentar feminina em Goiás vis-à-vis aqueles verificados no restante do país. Na terceira parte serão apresentados e analisados os acerca da participação feminina nas eleições para o executivo municipal.

1. Participação Feminina e Representação Política

A história recente tem mostrado uma progressiva emancipação feminina rumo a condições de vida mais paritárias. Esses resultados derivam da luta das mulheres diante dos imperativos de sujeição de gênero. Essa batalha é travada no campo do reconhecimento cultural, ressaltando suas especificidades e se auto-afirmando como uma coletividade desprivilegiada em representação, interpretação e comunicação (Fraser, 2001).

Como resultados, assistimos, ao longo do século XX, a sucessiva participação das mulheres tanto no mercado de trabalho como na vida política. Por conseguinte observou-se a ampliação do espaço ocupado pelas mulheres, em diversos setores da vida social o que possibilitou, cada vez mais, sua liberação da vida reclusa ao espaço doméstico e familiar. Além disso, um conjunto de mudanças sociais, culturais e políticas resultaram no surgimento de novos arranjos familiares e domésticos impactando a esfera privada e transformando os padrões patriarcais vigentes outrora (Avelar, 2002; Alves e Cavenaghi, 2010)

Não obstante todas as mudanças acima mencionadas, protagonizadas pelo movimento feminista, ainda existe um déficit democrático de gênero quando o assunto é a participação das mulheres na política institucional. As mulheres são sub-representadas na arena política em escala global, como mostram os dados recentes da Internacional Organization of Parliaments (IUP)². Essa situação configura-se em um problema na medida em que as mulheres perfazem a metade da população e do eleitorado bem como um

² A IUP é uma organização, criada em 1889, financiada com recursos públicos que tem como objetivo fortalecer a democracia e fomentar o diálogo parlamentar e cooperação entre os países. Em sua *homepage* é possível encontrar informações e base de dados sobre os parlamentos de 186 nos quais existe uma legislatura nacional. O endereço da IUP na internet é: <http://www.ipu.org/english/home.htm>

grande contingente do mercado de trabalho.³ Todavia sua presença na política é escassa quando se trata de representação política, por conseguinte as mulheres estão afastadas do processo decisório e dos espaços de exercício do poder. (Lovenduski &, Norris, 1993; Avelar, 2002; Alves e Cavenaghi, 2008, 2010).

Conforme afirmam Alves e Cavenaghi (2010) o déficit democrático de gênero foi incorporado a agenda política nos anos mais recentes, especificamente, a partir de 1975, instituído pela ONU como Ano Internacional da Mulher. Outro *turning point* desse processo foi IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995 em Beijing, marco na ampliação dos esforços pelos direitos e igualdade feminina nos diferentes campos de ações humanas. No que diz respeito à presença da mulher na política e no plano das decisões governamentais, a conferência recomendou equilíbrio entre mulheres e homens nos cargos públicos, como também em entidades da administração pública e em órgãos judiciários. Logo após esse evento a bancada feminina no Congresso Nacional, entusiasmada pelas experiências positivas de outros países e pelo contexto da conferência articulou-se e propôs que se incluísse na legislação eleitoral brasileira um artigo assegurando uma cota das vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres. A política de cotas então emergiu como um mecanismo para criar condições de ampliar a sub-representação das mulheres ampliar no cenário político nacional. Mais adiante discutiremos a implementação da política de cotas e seus desdobramentos de forma mais detalhada.

Como mostramos acima, a sub-representação feminina na esfera política não é um fenômeno de circunscrição regional e/ou nacional é um dado de amplitude global, nítido retrato dos imperativos de uma sociedade conformada por profundas clivagens de gênero. Acrescente-se que estatísticas têm, reiteradamente, observado uma paulatina inversão na composição do eleitorado brasileiro. Tardiamente incorporadas ao sufrágio no Brasil, hoje as mulheres correspondem a 51,81% dos cidadãos aptos a votar no país (TSE,

³ No Brasil, de acordo com dados do IBGE, as mulheres representam 43,6% da População Economicamente Ativa (PEA) e 52% do eleitorado segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2010). Não obstante, sua participação na esfera política e nos centros decisórios ainda é bastante embrionária.

2. Participação Feminina no Legislativo: quantas e quem são as parlamentares goianas?

Ao longo dos setenta e oito anos de sufrágio feminino no Brasil, Goiás elegeu apenas sete mulheres para o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). Em 1986 foi eleita primeira deputada goiana para a Câmara dos Deputados, a Tabela 1 sistematiza os dados relacionados às parlamentares eleitas no período 1982-2006, para essa casa legislativa, no estado de Goiás. Como se pode observar a taxa representação feminina não só é muito baixa como decresceu na última eleição. É interessante verificar que a eleição de 1998, a primeira realizada (para o legislativo federal) após a Lei de Cotas ⁴ houve um aumento da representação feminina na banca goiana embora não se possa estabelecer uma relação de causalidade entre ambos os fenômenos.

Tabela 1 - Parlamentares Eleitas por Goiás no Período 1982-2006 – Câmara dos Deputados

Deputadas/Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
Iris de Araújo Rezende Machado							PMDB
Lúcia Vânia Abrão Costa		PMDB	PMDB		PSDB		
Lydia Araújo Quinan				PMDB	PSDB		
Maria Bahia Peixoto Valadão			PDS	PPR			
Nair Maria Xavier Nunes de Oliveira Lôbo					PMDB	PMDB	
Neyde Aparecida da Silva						PT	
Raquel Figueiredo						PSDB	PSDB

⁴ A chamada "Lei de Cotas" foi aprovada em 1995 e aplicada pela primeira vez nas eleições municipais de 1996. Em 1997 a regulamentação das eleições de 1998 estendeu a lei de cotas para assembleias Legislativas Estaduais e Câmara de Deputados. A referida lei prevê que cada partido ou coligação reserve o mínimo de 30% para mulheres. No entanto, é importante mencionar que as vagas destinadas às mulheres são facultativas, o que torna seus efeitos pouco satisfatórios. Ademais, no mesmo período foi facultado aos partidos e coligações ampliar o número de candidatos por lista. Portanto, as vagas destinadas às candidatas mulheres não representou uma diminuição das candidaturas dos homens. Sobre a adoção de cotas para o legislativo no Brasil e a experiência de outros países, ver entre outros: Araújo, 1998; 2003; Dahleup, 2003; Miguel e Queiroz, 2006; Pinto, 2007.

Alessandri Teixeira							
Total de deputadas eleitas	-	01	02	02	03	03	02
Percentual de deputadas eleitas	-	5,9	11,8	11,8	17,6	17,6	11,8

Fonte: www.camara.gov.br

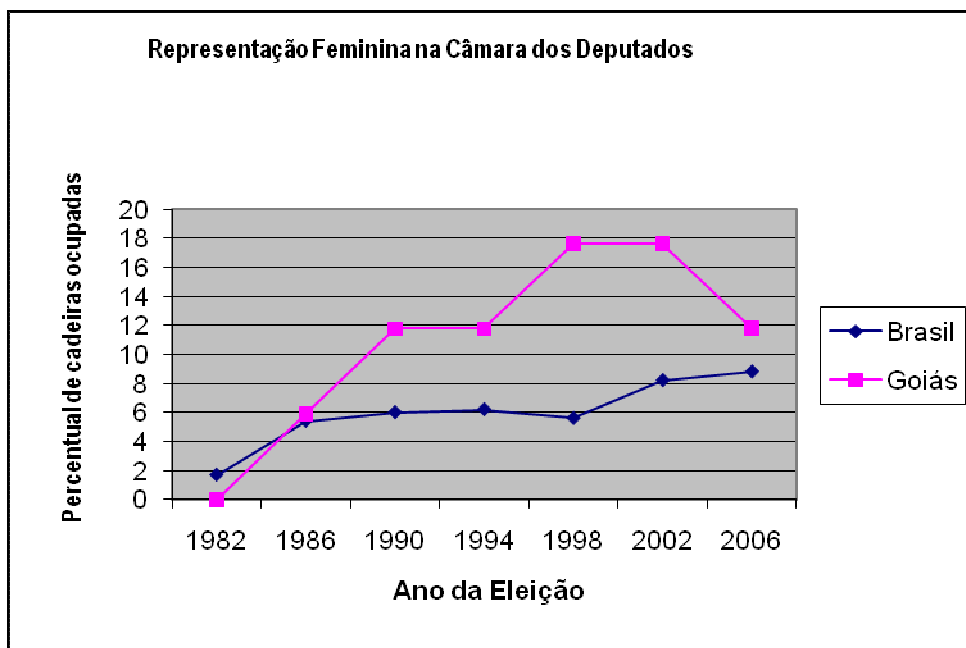
O Gráfico 1 permite uma comparação entre os resultados obtidos pelas mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados em Goiás e no Brasil. Como se pode verificar, no plano nacional houve uma contínua tendência de crescimento até 1990, seguido por um período de estabilidade em 1994, em seguida houve um declínio em 1998, esse recuo ocorreu justamente na primeira eleição após a Lei de Cotas. A partir de 2002 houve uma tendência de aumento da representação feminina.

Não obstante, é importante salientar que o percentual de cadeiras ocupadas pelas deputadas ainda se mantém bastante baixo, as mulheres não atingem dez por cento das cadeiras disponíveis na Câmara de Deputados, conforme mostra a tabela 2. O Gráfico 1 permite perceber que, no período inicial, Goiás acompanha a tendência nacional. Porém, a partir de 1990 houve um claro crescimento mais acentuado das taxas de representação feminina no estado, quando comparado com os percentuais do plano nacional, mesmo em 2006 quando houve uma ligeira queda da representação feminina, conforme mostra também a tabela 1.

Tabela 2 - Mulheres Eleitas para a Câmara dos Deputados –Brasil, 1982-2006

Eleição	Deputadas Eleitas	Deputados Eleitos	Total	Mulheres (%)
1982	8	471	479	1.7%
1986	26	460	486	5.4%
1990	30	473	503	6%
1994	32	481	513	6.2%
1998 (Política de Cotas)	29	484	513	5.6%
2002	42	471	513	8.2%
2006	45	468	513	8.8%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Marx e Camimotti (2007) para o período 1982-2002 e www.tse.gov.br para 2006.

Gráfico 1

Fonte: Marx e Camimotti (2007) e www.tse.gov.br

Como pudemos perceber tanto em Goiás como no plano nacional o acesso das mulheres a Câmara de Deputados permanece em patamares baixos. Essa afirmação é reforçada quando compararmos esses dados com as médias mundiais. De acordo com dados da IUP, em média, 19% de cadeiras é ocupada por mulheres nas Câmaras Baixas em escala mundial.

Destacamos que boa parte das goianas que ascenderam ao legislativo federal deram continuidade a carreira política conseguindo se reeleger, uma delas ascendeu ao Senado. Uma delas, a deputada petista (Neyde Aparecida) não se reelegeu e atualmente está concorrendo ao mesmo cargo assim como a peemedebista Íris Araújo (eleita em 2006) que busca a reeleição. Em relação a esse aspecto, a taxa média de reeleição dos parlamentares, do sexo masculino é de 1.6 mandatos, portanto não difere muito das parlamentares do sexo feminino. Todavia, é preciso considerar que o número de parlamentares do sexo masculino eleitos é muito superior 119 no período analisado, contra apenas sete do sexo feminino, portanto o acesso a essa casa legislativa tem sido bastante desigual em termos de gênero.

Em relação ao perfil das parlamentares goianas a idade média de ingresso das parlamentares na Câmara é 52 anos, 85,71%, dessas mulheres

- seis parlamentares - possuem nível superior e apenas uma o ensino nível médio. Em relação a filiação partidária, o PMDB foi o partido que elegeu o maior número de parlamentares seguido pelo PSDB, somente outros dois partidos elegeram deputadas para o legislativo federal: PT, PP⁵ como mostra a tabela 1. Essa distribuição, em termos de filiação partidária reflete a distribuição das forças políticas regionais, especialmente no que se refere a polarização e predomínio do PMDB e PSDB, mais adiante voltaremos a esse assunto.

Quando voltamos nossos olhos o Senado Federal a baixa representação feminina é ainda mais acentuada, aquele ainda é um território a ser conquistado pelas mulheres. Os dados apresentados por Bohn (2007) mostram que, em toda nossa história republicana, apenas 28 mulheres lograram se eleger para o senado.⁶ Em Goiás o cenário não é diferente, apenas a senadora, Lúcia Vânia (PSDB), logrou se eleger para o aquela casa legislativa. A senadora se elegeu em 2002 após ter cumprido três mandatos na Câmara dos Deputados, dois pelo PMDB, (1986 e 1990) e um pelo PSDB em 1998, como mostra a tabela 1.

Um fato que merece destaque é que quatro parlamentares, mais da metade, ocupou o cargo de primeira-dama do Estado antes de se eleger. O mesmo ocorre com várias deputadas estaduais que foram primeiras damas em seus municípios de origem antes de se elegerem. Aliás, o acesso de primeiras damas e ex-primeiras damas a carreira política, embora bastante recorrente em todo o país, permanece um tema pouco explorado pela literatura brasileira.

Sobre esse assunto uma das parlamentares entrevistada afirmou:

“Eu acho que existem poucas mulheres que realmente fazem política. A maioria faz por via dessa herança masculina elas acompanham e servem aos propósitos de seus maridos e pais e etc. Mas isso eu acho que é extremamente

⁵ A deputada Maria Valadão (ver tabela 1) foi eleita pelo PDS, no pleito seguinte se elegeu pelo PPR. É importante mencionar que PDS e PPR são designações anteriores do Partido Progressista. Sobre esse assunto ver: Paiva, Batista e Stabile (2008).

⁶ A autora faz uma comparação entre Brasil e Estados Unidos no que diz respeito à representação feminina no Senado. É interessante mencionar que nos Estados a situação não é diferente, apenas 33 mulheres se elegeram para o senado naquele país. De acordo com dados da IUP, a média mundial de representação feminina no Senado é 18,1%. Sobre a representação feminina no senado, numa perspectiva mais ampla ver Neiva (2008).

negativo para a participação feminina, ao mesmo tempo, tem sido uma maneira de alcançar uma participação feminina [na arena política].”⁷

A afirmação da ex-deputada é interessante, pois chama atenção para um paradoxo interessante em relação a via de entrada das mulheres na arena política embora que algumas são lançadas na arena política eleitora, *via marido ou pai famoso*, muitas conseguem conquistar sua própria autonomia e espaço no cenário político. Genovese (1997), ao analisar a trajetória de várias mulheres que exerceram o papel liderança política em seus países (como presidente ou primeira ministra), mostra que várias delas ascenderam com ajuda de conexões familiares, principalmente por meio da figura de seus pais ou maridos e muitas delas com pouca (ou quase nenhuma experiência política), completando que somente algumas chegaram ao poder “sozinhas”. No entanto, é preciso lembrar que as conexões familiares também desempenham um papel importante na ascensão de vários homens à cena política, não sendo essa uma prerrogativa feminina. Ou, como a próprio autor citado acima menciona, é possível que algumas mulheres foram animadas, incentivadas por uma figura masculina para que pudessem ir além de das limitações impostas pelo gênero e/ou estereótipos sociais.

2.1 Participação Feminina na Assembléia Legislativa Estadual

Em Goiás três mulheres foram às precursoras da representação feminina no legislativo estadual, todas nos anos cinqüenta. A primeira delas foi Berenice Artiaga, eleita em 1951 e reeleita no pleito consecutivo, ambos pelo PSD. Almerinda Arantes - uma das primeiras mulheres a obter título eleitoral no estado - logrou ser eleita por três mandatos consecutivos pelo PTB entre 1954 e 1962, feito que poucas deputadas conseguiu até os dias de hoje. A terceira, Ana Maria Braga, eleita em 1959 pelo PSD, já havia cumprido mandato como vereadora na Câmara Municipal de Goiânia. Braga é a única destas três a única que não contou com familiares atuantes no cenário

⁷ As entrevistas foram realizadas entre março e agosto do corrente. Os nomes das entrevistadas foram omitidos para preservar o anonimato, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG.

político. O pai de Almerinda Arantes foi deputado federal, o pai e o irmão de Berenice Artiaga desempenharam as funções de deputado estadual e vice-governador respectivamente (CAMPOS, 2002). Somente quase quatro décadas depois, isto é, em 1986 o legislativo estadual passou a contar novamente com parlamentares do sexo feminino.

No plano nacional, verificou-se já a partir dos anos setenta a ampliação das taxas de representação feminina no legislativo estadual, conforme apontados dados analisados por Prá (1997). A autora demonstra que em 1974, foram eleitas doze parlamentares em todo o país, quatro anos mais tarde, em 1978, este número subiu para vinte e manteve a mesma direção de crescimento de forma continuada a partir dos anos oitenta. As candidaturas femininas para legislativos estaduais também apresentaram taxas expressivas e contínuas de crescimento a partir dos anos oitenta. De acordo com Avelar (2009) em 1983 houve 132 candidatas às Assembléias Legislativas de todo o país. Em 1986 esse número quase triplicou, foram registradas 385 candidaturas femininas. Os dados analisados pelas autoras Prá e Avelar permitem verificar que a participação das mulheres nas legislaturas estaduais vem ascendendo de forma significativa

Em 1982, foram eleitas 28 parlamentares, quatro anos mais tarde em 1986, 34 mulheres conseguiram se eleger, portanto uma taxa de 21,5% de elevação da representação feminina. Em 1990 esse número elevou consideravelmente, sessenta 60 deputadas foram eleitas para os legislativos estaduais, um aumento de 76,5%. Na eleição seguinte em 1994, verificamos um aumento de 33,3% eleitas, oitenta parlamentares lograram obter assentos em seus estados. Posteriormente em 1998, primeiro pleito realizado sob a engenharia institucional das cotas, 103 mulheres se elegem o que corresponde a uma elevação de 28,75%. Na penúltima eleição, em 2002, 134 deputadas estaduais se elegeram no país, perfazendo uma taxa de crescimento 30,10% em relação ao pleito anterior. Em 2006, após mais de duas décadas de crescimento houve declínio no percentual de mulheres eleitas para os legislativos estaduais. Naquele ano 123 deputadas foram eleitas registrou-se

um decréscimo de 8,2% (TSE, 2010; TRE-GO, 2010; TRE-MS, 2010; TRE-MT, 2010; CFEMEA, 2010).⁸

O estado de Goiás tem acompanhado a tendência de crescimento da participação feminina nos legislativos estaduais desde 1986, como mostra a tabela 3. Em 1986 foram eleitas duas parlamentares, o mesmo ocorrendo em 1990. Nas eleições de 1994 esse número subiu para cinco em seguida foi ampliando até que em 2006 houve uma ligeira queda.

Tabela 3 Parlamentares Eleitas no Período 1982-2006 - Assembléia Legislativa de Goiás

Número de Deputadas Eleitas por eleição.	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
	-	2	2	5	6	8	7
Percentual de Cadeiras ocupadas pelas deputadas.		4,8%	4,8%	12,2%	14,6%	19,5%	17%

Fonte: www.assembleia.go.gov.br

Em relação ao perfil das parlamentares, é importante mencionar que no atual estágio da pesquisa não obtivemos acesso aos dados bibliográficos de todas trinta parlamentares eleitas no período. Porém, temos dados da maioria, setenta por cento, o que consideramos uma amostra bastante representativa desse universo. A grande maioria, do universo já pesquisado possui curso superior 76,20% e 4,76% concluíram o ensino médio. É importante tendência semelhante foi observada em relação às deputadas federais, embora o percentual com ensino superior seja um pouco mais alto. No que se refere idade, a média é 42 anos, dez a menos que a média encontrada para as deputadas federais. Essas diferenças sugerem a possível existência de *degraus* ou estágios na carreira parlamentar e profissionalização política, estamos realizando entrevistas com as parlamentares que possivelmente

⁸ É importante ressaltar que estão quantificadas no gráfico 2 apenas as parlamentares que efetivamente foram eleitas, não estão incluídas as parlamentares que assumiram cadeiras nas Assembléias Legislativas como suplente.

permitirão compreendermos melhor essas questões e aprofundá-las nos próximos trabalhos.

Algumas parlamentares declaram, durante as entrevistas realizadas, a existência de dificuldades no acesso a cargos na mesa diretora da Assembleia Legislativa ou mesmo a existência de uma divisão tácita entre os papéis dos parlamentares dos diferentes sexos no parlamento goiano. Abaixo alguns trechos de entrevista que corroboram essa afirmação:⁹

“Uma vez um dos deputados chegou em mim e falou assim: ‘Não dá, pra fazer parte da mesa diretora aumentam cinco cargos, então nós vamos te dar os cinco cargos e você não ocupa’. Aí nós falamos: ‘Não, nós não aceitamos. É um compromisso que nós temos, nós mulheres, se eu tiver, se eu fizer, se eu tomar essa atitude eu estou podando o espaço conquistado pela mulher’. Nós fizemos questão. No primeiro mandato foi a deputada (...), dois anos, e depois eu entrei e fiquei os dois anos na mesa diretora. E, nas também viagens era interessante. As viagens internacionais sempre eram para os homens os deputados. Eram cinco deputados, três deputados que iam... Aí um dia nós questionamos, sabe, o porquê que as mulheres também não poderiam ir nessas missões especiais fora do país, porque nós éramos deputadas, nós tínhamos sido eleitas até com mais votos do que eles. Aí nós conquistamos isso também.”

“Quando eu estava na assembleia os deputados, os homens, por exemplo, era bem fechados para as mulheres... entrar na Comissão de Finanças e Orçamento, mesmo em Constituição e Justiça em que eu fiz parte, foi uma longa negociação para eu conseguir ficar na Comissão de Constituição e Justiça.”

Por outro lado, algumas das entrevistadas muitas vezes reforçam estereótipos femininos ao analisar o papel desempenhado por elas no legislativo e na política em geral. Além disso, torna difícil verificar em que medida as áreas, digamos mais *hard* da atividade parlamentar são vetadas às mulheres ou se são elas próprias que buscam atuar em setores que se vinculam mais diretamente a vida familiar ou ao *social*, para usar o jargão dos políticos profissionais, reproduzindo os estereótipos, esse é um tema que pretendemos aprofundar nos próximos estágio da pesquisa. Abaixo alguns trechos de entrevistas que elucidam a questão:

“Olha, eu vejo que a mulher não só na política mas em tudo que ela faz, ela tem um jeitinho diferente do homem, porque a mulher é mais sensível, ela sofre mais com os problemas do dia-a-dia, do povo, dos problemas que chegam até ela, que aflige a mulher, que o coração da mulher é... Deus fez o mundo assim, o coração da mulher é mais mole...”¹⁰

“A mulher na área da promoção social ela tem um talento natural, na área social para a criança, pelo adolescente. Me esqueci de falar... eu sou a presidente da comissão né, titular e presidente da Comissão da Criança e do Adolescente na Assembleia Legislativa, foi me confiado esse cargo por eu ser mulher, por eu ser mãe, por eu ter dom e por eu ter pedido para

⁹ Ver nota 7.

¹⁰ Ver nota 7

atuar nessa área, porque se você não investir na criança e no adolescente, porque a criança e o adolescente não é o futuro é o hoje, porque se nós não dermos as oportunidades hoje pra ele nem terá futuro, então hoje eu ocupo esse cargo aqui, certo?"

2.2 Filiação Partidária das Parlamentares Goianas

Em relação a distribuição das parlamentares goianas em termos de filiação partidária PSDB e PMDB e PSDB obtiveram, juntos, dez mandatos. o PT elegeu uma parlamentar e o PDS/PPR¹¹ elegeu e reelegeu uma deputada perfazendo dois mandatos.

O PMDB aparece como o partido que mais elegeu mulheres no legislativo estadual de Goiás. No entanto é oportuno ressaltar que tal desempenho não se deve a uma política de incorporação de mulheres definida pelo partido. Na verdade é reflexo da quase hegemonia que o partido exerceu no cenário político regional durante um longo período. Embora hoje o cenário da competição seja mais pluripartidário, o partido permanece como importante força eleitoral no estado de Goiás (Paiva e Batista, 2004; Paiva, 2009).

Os dados mostram que 50% das deputadas eleitas para a assembléia legislativa em algum momento de sua carreira foram filiadas ao PMDB. Dos 30 mandatos obtidos pelas 22 legisladoras estaduais 30% destes foram pelo PMDB. O segundo partido com maior número de eleitas foi o PSDB, com 5 mandatos. Os demais partidos que lograram eleger deputadas foram: PCdoB, PPB e PDT com 3 mandatos cada um, o que corresponde a 10%.

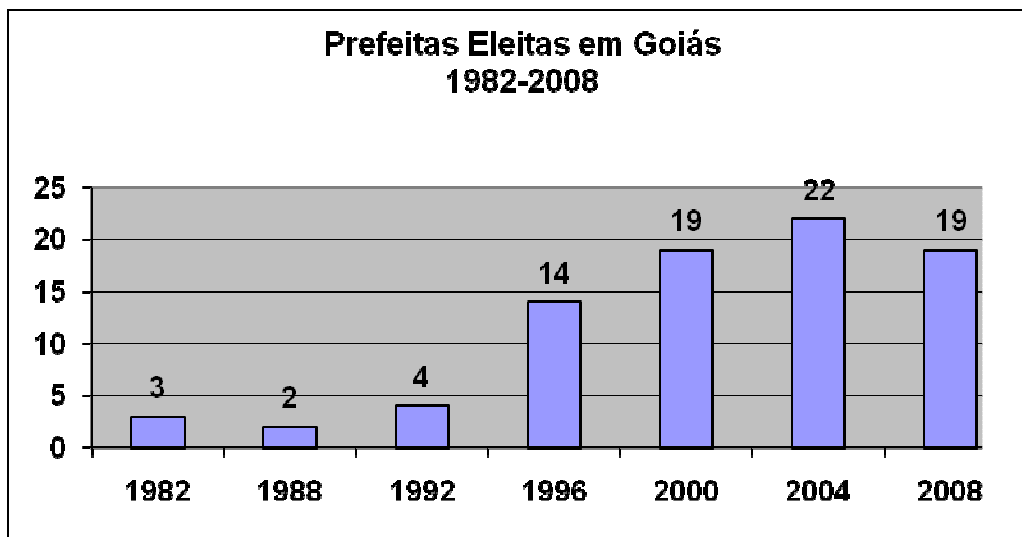
3. As Prefeitas Goianas

É no executivo municipal goiano que observamos a maior representação feminina à semelhança da tendência observada nos estudos que abordam o tema (Blay, 1988; Fontes e Costa, 2003; Miguel e Queiroz, 2006). Além disso, foi possível verificar um gradativo aumento no número de prefeitas eleitas. No início da década de 1980 a porcentagem de prefeitas em Goiás era de 3,65%, atualmente 22,9% dos municípios goianos são chefiados por mulheres. Na década de 1990 observamos um salto na eleição de mulheres para cargos majoritários no plano local de 4,81% em 1992 para 16,86% em

¹¹ O PDS/PPR/PP/PPB/ atual Partido Progressista (PP) passou por várias mudanças de nome e algumas fusões. A esse respeito ver: Paiva, Batista e Stabile (2008)

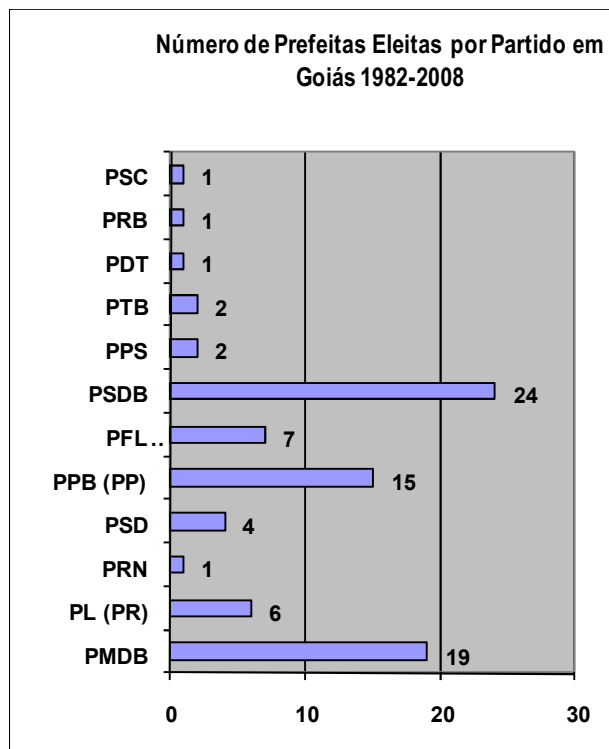
1996. O gráfico 1 permite visualizar o crescimento do número de prefeitas em Goiás.

Gráfico 1



Fonte: TRE-GO e AGM.

As siglas partidárias que elegeram o maior número de prefeitas ao longo desse período são PSDB e PMDB, correspondendo respectivamente a 22,8% e 29%, à semelhança do que ocorreu no legislativo federal e estadual em Goiás. O gráfico 2 traz a quantidade de mandatos por partido e permite comprovar as afirmações anteriores.

Gráfico 2

Fonte: TRE-GO e AGM

Considerações Finais

Os dados apresentados mostram que Goiás não difere muito do restante do país, o déficit de representação feminina, verificado no plano nacional se repete na política regional. Embora se observe uma tendência de crescimento da representação feminina, essa ainda é bastante tímida e inferior às taxas mundiais, conforme pudemos observar. Portanto, a resposta à pergunta mencionada no início desse capítulo é que as mulheres desempenham um papel de subsidiárias, um ator político secundário na política goiana. Não logrando ainda equiparar, no plano da representação política, a equiparação com os espaços e sucessos conquistados no mercado de trabalho restando ainda uma longa jornada a ser trilhada nessa direção.

A agenda de pesquisa sobre a representação feminina e acesso das mulheres aos espaços de poder, embora seja bastante profícua ainda

permanece com várias lacunas. Para mencionar algumas delas mencionamos aqui a importância de compreendermos porquê a política local tem sido mais acessível às mulheres que os demais cargos. Enfim, essas e outras questões serão temas que pretendemos analisar em outros trabalhos.

Referências

- ARAUJO, C. (1998) Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 06 , n. 01. Pp. 71-91.
- _____. (2003) Quotas for women in the Brazilian Legislative System. *International IDEA WORKSHOP*, Lima, Peru, fev. Disponível em: <http://www.idea.int/americas/index.cfm>
- AVELAR, Lúcia. (2001). *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da UNESP.
- _____. (2002) *Mulher e Política: o mito da igualdade*. Disponível em http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf. Acesso em 27 de maio 2010.
- ALVES. J. E. D. & CAVENAGHI, S. M. (2010) *Mulheres sem Espaço no Poder*. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_03_17_MulherPolitica_Ipea_Jeda_Smc.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2010
- _____. O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: Refazendo a política de cotas. Florianópolis, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Seminário Temático 29: Relações de poder e de gênero. Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st29.html>
- ARAÚJO, Clara (2006). “Condicionantes institucionais da política de cotas”, in Gláucio Soares & Lúcio Rennó (eds). *Reforma Política*, Rio de Janeiro: FGV.
- BLAY, E. (1988) A Participação das Mulheres na Redemocratização. In: Fleischer, D. (org.) *Da Distensão a Abertura as Eleições de 1982*. Brasília, Ed. UnB.
- BOHN, S. (2007) Women and Candidate Quality in the Elections for the Senate: Brazil and the United States in Comparative Perspective. *Brazilian Political Science Review*. V.02, n.01. pp. 74-107.
- CLDF. Câmara Distrital do Distrito Federal. <[http:// www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br)> Acesso em: 24 abr. 2010.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível: < [http:// www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br)> Acesso em: 15 ago. 2009.
- CAMPOS, F. I.; DUARTE, A. T. *O legislativo em Goiás*. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás. V.3, 2002.
- CARREIRÃO, Y. de S. (2006) Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*. V.12, n.01. pp.136-163.
- CASTRO, Henrique Carlos de O. de; RAMOS, Paola Novaes (2009) Representação e distância na política contemporânea. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 55-68, jan./jun.
- CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Acessória. Disponível: < [http:// www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)> Acesso em: 15 ago. 2009.
- DAHLERUP, D. (2003), Quotas are Changing the History of Women. *International IDEA WORKSHOP*, Lima, Peru, fev. Disponível em: <http://www.idea.int/americas/index.cfm>
- FERNANDES, L. (1995) Muito barulho por nada? *Dados*, v. 38, n. 1, p. 107-143.

- FONTES, A. M. & COSTA, D. M. (2003). Participação Feminina na Construção da Democracia: um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000) e estaduais (1994 a 2002). Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Disponível: < [http:// www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br) Acesso em: 10 ago. 2009.
- FRASER, Nancy. (2001), Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) *Democracia hoje – novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB. pp. 245-282.
- GENOVESE, M. (1995) (org.) *Mujeres Líderes en Política*. Madrid: Narcea Ediciones.
- LOVENDUSKI, J. & NORRIS, P. (orgs.), (1993) *Gender and Party Politics*. London: Sage Publications.
- MARX, J; BORNER, J & CAMINOTTI, M.(2007), *Las legisladoras: cupos de género y política em Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007.
- MIGUEL, L. F. e QUEIROZ, C. M (2006) Diferenças Regionais e o Êxito Relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 02. Pp.363-385.
- NEIVA, P. (2008) Women in the Upper Houses: a global perspective. *Brazilian Political Science Review*. V.02, n.01. pp. 77-95.
- PAIVA, D. e BATISTA, C. M. (2004) Sistema Partidário e Volatilidade Eleitoral no Centro Oeste (1982-2002). Paper apresentado no IV Encontro da ABCP. Rio de Janeiro: PUC.
- PAIVA, D., BATISTA, C. M. e STABILE, M. (2008) A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*. V. 14, n. 2 .pp. 432-453.
- Paiva D. (2009) Volatilidade Eleitoral e Desevolvimento do Sistema Partidário em Goiás (1982-2009). In: Paiva Ferreira, D. e Bezerra. H. D. (orgs.) *Panorama da Política em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG.
- PINTO, C. R. J. (2007) Política de Cotas. In: Avritzer, L. e Anastasia, F. *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- PRÁ, Jussara Reis. (1997). Eleições e cidadania nota sobre comportamento político de gênero. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos: Novas Perspectivas de Análise*. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior. pp. 11-35.
- RODRIGUES, L. M. (2002) *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp..
- TAROUCO, G. S. (2008). Esquerda e Direita no Sistema Partidário Brasileiro. *Anais do :Seminário Nacional de Ciência Política.UFRG*, Porto Alegre. Disponível em http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/democraciaemdebate/resumos/GT_partidos_eleicoes. Acesso em 25 maio de 2010.
- TRE-GO. Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Disponível:< <http://www.tre-go.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

TRE-MS. Tribunal regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Disponível: < <http://www.tre-ms.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

TRE-MT. Tribunal regional Eleitoral de Mato Grosso. Disponível: < <http://www.tre-mt.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em:< <http://www.tse.gov.br/> >. Acesso em: 15 maio. 2010.

Anexo

Parlamentares Eleitas no Período 1982-2006 - Assembléia Legislativa de Goiás

Parlamentar/Partido	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
Adriete Corradi Fonseca Fayad Elias							PMDB
Betinha Tejota							PSB
Carla Cíntia Santillo						PSDB	
Cilene Maria Moraes Guimarães							PR
Cleuzita Antônia de Resende Assis		PFL					
Dária Alves Rodrigues				PMDB			
Denise Aparecida Carvalho			PCdoB	PCdoB	PCdoB		
Flávia Moraes						PSDB	PSDB
Lamis Chedraoui Cosac					PMDB		
Laudeni Miguel Dionizio Lemes						PSDB	
Lila Maria Spadoni Lemes					PPB		
Magda Mofatto Hon						PMDB	
Mara Merly de Pina Naves				PMDB		PMDB	PMDB
Maria da Conceição Gayer		PDC					
Maria Isaura Lemos					PDT	PDT	PDT
Maria Roselene Deusdará Cruvinel					PSDB		
Nelci Silva Spadoni				PPR			
Onaide Silva Santillo				PPB	PMDB		
Rachel de Azeredo Souza						PMDB	
Raquel Mendes Vieira Rodrigues						PPB	
Vanda Lúcia Dias Melo			PRN				
Vanuza Primo de Araújo Valadares							PSC

Fonte: www.assembleia.go.gov.br